

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 197

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 056ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Ricardo Maia.

Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4347

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para votação do Projeto de Lei nº 476/2001, item 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 4346

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 4348

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 627/2001, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, será que nós podemos discutir em primeiro lugar o item 8, discutir em primeiro lugar o orçamento? A inversão, através de requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento nº 4347, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 476/2001. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 44/2001, estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2001. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. (Publ. no DA nº 140/2001, de 03/10/2001 - Mens.)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 476/2001

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 44/2001.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 2.509 emendas, tendo sido acolhidas deste total 1.047 emendas, sendo 855 emendas à despesa, 183 emendas ao conteúdo programático e 09 ao texto da lei, sendo destas, 07 acolhidas parcialmente.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator, as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste relator, com vistas a tornar efetiva e concreta a implementação do conteúdo das proposições dos senhores deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$123.084.320,00 (cento e vinte e três milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e vinte reais), sendo atendidas por cancelamento, na mesma importância, apontados pelos senhores deputados dentre as diversas dotações consignadas na proposta do Executivo, preservando o seu valor original. Salienta-se que dentre o montante supra mencionado integram as emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões de lideranças.

É de se notar que, ao acatar 1.047 emendas, o que representa em termos percentuais de 42% das emendas apresentadas, respeitou-se a prerrogativa constitucional dos senhores deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este relator entendeu por bem alterar o artigo 9º do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência parlamentar, para a plena realização do ideal democrático,

através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas, obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da Emenda Substitutiva Geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 476/2001

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I - Os orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$10.674.078.740,00 (dez bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, setenta e oito mil, setecentos e quarenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$732.228.950,00 (setecentos e trinta e dois milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista.

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 32 da Lei Estadual nº 13.235, de 25 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações ao Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTA	R\$ 9.027.868.870
1.1 Receitas Correntes	R\$ 7.906.374.100
1.2 Receitas de Capital	R\$ 1.121.494.770

1.3 Deduções para o Fundef	R\$ 732.228.950
2 - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDA	R\$ 8.295.639.920
2.1 Receita Correntes	R\$ 7.174.145.150
2.2 Receita de Capital	R\$ 1.121.494.770
3 - RECEITA PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS E EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (Exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.441.497.870
3.1 Receitas Correntes	R\$ 1.247.561.310
3.2 Receitas de Capital	R\$ 193.936.560
4 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (Exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 204.712.000
4.1 Receitas Correntes	R\$ 168.030.000
4.2 Receitas de Capital	R\$ 36.682.000
5 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 9.941.849.790
5.1 Receitas Correntes	R\$ 8.589.736.460
5.2 Receitas de Capital	R\$ 1.352.113.330

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$9.737.137.790,00 (nove bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e noventa reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$391.574.000,00 (trezentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2001, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2001, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos /Atividades/ Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mas as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentária e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação de Obras

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos Municípios, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - abrir créditos adicionais, ao Programa Paraná 12 Meses/BIRD, ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAN/BIRD, ao Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM/BID, ao Programa de Saneamento Ambiental-PARANASAN/JBIC, Programa de Manutenção, Restauração e Melhorias de Rodovias do Estado do Paraná - BID V, Programa Paraná Urbano II/BID, Pró-Saneamento/CEF, Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba/PIT/BNDES, Programa de Modernização Fazendária - PNAFE/CEF, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR-SUL/BB utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI - proceder até o limite de 40% (quarenta por cento) das dotações, por Grupo de Fontes definidos neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo;

VII - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo;

VIII - abrir créditos adicionais decorrentes de recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício, de 2001, conforme inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, 17 de março de 1964, para atender programas aprovados por esta lei, dando ciência à Assembléia Legislativa;

IX - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei a nível de Projetos e Atividades Orçamentárias, até o limite de 40% (quarenta por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com recursos do Tesouro e outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais com base no item I deste artigo;

X - abrir créditos adicionais para atender despesas com o pagamento de Precatórios advindos de determinação legal e/ou acordos judiciais, conforme as disposições da Constituição Federal, modificada pelas emendas nº 20/98 e nº 30/2000, com a Constituição Estadual, Lei Estadual nº 12.601, de 1.999 e demais legislação em vigor utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XI - abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas e Santa Catarina, e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador, e proceder a abertura de créditos adicionais decorrentes.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Ficam os Poderes Legislativos, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Seção VII

Da Execução do Orçamento e dos Créditos por Antecipação da Receita

Art. 15 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 16 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no Artigo 7º desta lei.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei, bem como abrir os créditos adicionais necessários à sua implementação.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) CESAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Nereu Moura, Fernando Ribas Carli, Sérgio Spada, Hermes Fonseca e Geraldo Cartário

Estamos votando o substitutivo geral da Comissão de Orçamento.

Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a minha discordância, quando o governo, no substitutivo, manteve ainda os 15% da condição de mobilidade do Orçamento.

Ora, estamos em um processo de economia estável, 15% é um valor extremamente elevado, para que o Executivo possa ter mobilidade do Orçamento!

Quinze por cento é índice extremamente elevado, dentro de uma economia estável, e daí a minha discordância deste item, e contra ele é que eu voto contrário ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário de V. Exa.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que torna obrigatória a inclusão, na Rede Pública Estadual de Ensino, da disciplina História do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 358/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa tornar obrigatória a inclusão, na Rede Pública de Ensino, da disciplina de História do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Moysés

Leônidas, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Hermas Fonseca.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre atos dos juizados especiais cíveis e criminais, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Há requerimento solicitando a retirada por uma Sessão.

Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está retirado por uma sessão, ex-ofício do senhor presidente.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da Pequena Hidrelétrica PCH - Novo Horizonte no rio Capivari, Bacia Hidrográfica Atlântico, Trecho Sudeste, Sub-Bacia 81, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica PCH - Pedrinho I, com eixo de barragem localizado no Rio Pedrinho, município de Boa Ventura de São Roque. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2001, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Alçada, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a integrar o município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2001, de 01.08.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 296/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Exe-

cutivo a integrar o município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que obriga todas as panificadoras, confeitarias, empresas de panificação a utilizarem 5% (cinco por cento) de fécula de mandioca para mistura na massa de panificados e derivados. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 421/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse, visa obrigar as panificadoras, confeitarias, empresas de panificação a utilizarem 5% (cinco por cento) da fécula de mandioca para mistura na massa de panificados e derivados.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/2001, de autoria do deputado RICARDO MAIA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Inquilinos e Locatários de Maringá e Região Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 152/2001, de 22.10.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 545/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Inquilinos e Locatários de Maringá e Região Noroeste do Paraná com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 577/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o governo do Estado a doar 10 (dez) alqueires de terra da fazenda IAPAR, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura, localizada no município de Paranavaí, para a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, aonde serão construídas 40 casas para a Vila Rural. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 162/2001, de 15.11.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 577/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse, visa autorizar o Governo do Estado a doar 10 (dez) alqueires de terra da Fazenda IAPAR, pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura, localizada no município de Paranavaí, para a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, aonde serão construídas 40 (quarenta) casas para a Vila Rural.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/2001, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para implementação de sistema de esgoto sanitário do Porto de Paranaguá. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. Aprovado (Publ. no DA nº 176/2001, de 26/11/2001-Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 624/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil

reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para implementação de sistema de esgoto sanitário do Porto de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 624/2001

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 054/2001, o presente plano de lei, objetiva aprovar ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28/12/2000, visando atender a criação de obra para a implementação de sistema de esgoto sanitário do Porto de Paranaguá.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça nos aspectos constitucional e legal. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças a manifestar-se, seguindo o que preceitua o § 3º, do Regimento Interno, esclarecemos, ainda, que, como consta na própria mensagem, os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Desta forma, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 624/2001

P A R E C E R :

O presente projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo aprovar ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para implementação de sistema de esgoto sanitário do Porto de Paranaguá. (*sic*)

O projeto de lei em tela já tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças desta egrégia Casa de Leis, recebendo pareceres favoráveis à sua tramitação.

Chamada esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, não havendo nenhum óbice à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI- Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/2001, de autoria do Tribunal de Contas. Extinção, transformação e criação de cargos que especifica, no Tribunal de Contas do Estado, e adota outras providências. **SEM PARECER.**

PROJETO DE LEI Nº 627/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam extintos, da estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos de provimento efetivo: 33 cargos de Oficial de Controle, OC-B01; 24 Datilógrafos, DT-A05, 1 Médico MD-D01, 02 Taquígrafos, TQ-D01 e 01 Auxiliar Administrativo, AD-A01.

Parágrafo Único - Os atuais cargos de Taquígrafo, Datilógrafo, Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Controle, no total de 23, extinguem-se ao varagem.

Art. 3º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 14 cargos de Técnico de Controle Contábil, TCC-E01; 03 Técnico de Controle Administrativo, TCA-E01; 03 Técnico de Controle Econômico, TCE-E01; 03 Assessor de Engenharia, AE-E01; 5 Analista de Sistema, AS-E01; 01 Assistente Social, ASO-D01; 02 Técnico de Controle Atuarial, TCA-E01, conforme anexo I.

Art. 4º - O atual cargo de Programador de Computados, de provimento efetivo, fica transformado em cargo de Programador Analista, também de provimento efetivo, conforme Anexo I.

Parágrafo Único - Os atuais ocupantes do cargo de Programador de Computador, nível D06, ficam mantidos no nível E10, do cargo de Programador Analista.

Art. 5º - Fica revogado o Anexo 1, da Lei nº 12.344, de 26 de outubro de 1998.

Art. 6º - Ficam mantidos os demais ocupantes de cargos efetivos, do quadro geral e os ocupantes dos cargos de que trata o artigo 9º, da Lei nº 8082/85, com alterações, e artigo 3º, da Lei nº 9.436/90.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por objetivo a transformação de cargos existentes na estrutura das carreiras do Tribunal de Contas do Paraná, necessária para o avanço da qualidade das atividades de controle governamental.

As reformas operadas na Constituição, materializadas através de diversas Emendas, e, mais recentemente, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, provocaram substanciais alterações nos procedimentos da administração pública.

Concomitante a isso, destinaram ao Tribunal de Contas novos encargos de fiscalização, determinando a necessidade de implantação de sofisticados mecanismos de acompanhamento e de redefinição dos trabalhos técnicos desenvolvidos pelos profissionais especializados.

Nesse sentido, as alterações propostas são fundamentais para a reestruturação do Quadro de Pessoal e bem assim permitem sentido de agilidade e resultado nas atividades de análise dos atos de gestão.

Por oportuno, é necessário ressaltar que, na elaboração do documento ora encaminhado, houve preocupação com a equivalência e compatibilidade, entre extinção, criação e transformação, evitando-se, destarte, impacto orçamentário configurado no aumento de gastos, tudo estando consentâneo com o planejamento de despesas deste Tribunal.

Isto tudo exposto, a acolhida desta iniciativa, pela egrégia Assembléia Legislativa, constituirá decisivo passo para o melhor cumprimento, por parte desta Casa, das suas responsabilidades constitucionais fiscalizadoras.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESS. DE NÍVEL SUPERIOR		
	INICIAL	FINAL
Analista de Sistemas	E01	G11
Assessor de Engenharia	E01	G11
Assessor Jurídico	E01	G11
Bibliotecário	D01	F10
Técnico de Controle Administrativo	E01	G11
Técnico de Controle Contábil	E01	G11
Técnico de Controle Econômico	E01	G11
Técnico de Controle Atuarial	E01	G11
Médico	D01	F10

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESS. DE NÍVEL SUPERIOR		
Odontólogo	D01	F10
Psicólogo	D01	F10
Assistente Social	D01	F10
Revisor Assistente	D01	F10

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO		
	INICIAL	FINAL
Auxiliar Administrativo	A01	C06
Auxiliar de Controle	A09	D02
Datilógrafo	A05	C10
Motorista	A01	C01
Oficial de Controle	B01	D09
Programador Analista	C01	E11
Taquígrafo	D01	F05

Of. Nº 1.357/2001

Curitiba, 20 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir a V. Exa, para submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa, o anexo documento, que trata de alterações no Quadro de Pessoal deste Tribunal.

As modificações propostas, senhor presidente, têm como objetivo ajustar a estrutura funcional e permitir maior operacionalidade, rapidez e resultado nas questões atinentes ao controle do Poder Público.

Nos últimos tempos, as significativas alterações inseridas no texto constitucional e na legislação ordinária, especialmente aquelas trazidas recentemente pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aumentaram os serviços desta Casa e estão exigindo avanços nas técnicas até então adotadas.

Mesmo diante dessa realidade, torna-se relevante destacar que a presente proposta está revestida de equivalência e compatibilidade, não representando aumento de despesa ou impacto orçamentário não contemplado na legislação.

Este Tribunal já está operando ampla reforma em seu sistema fiscalizador, treinando servidores e agentes públicos, do Estado e municípios, editando publicações técnicas, desenvolvendo programas avançados de tecnologia da informação, tudo sem aumento de gastos, os quais estão nos mesmos patamares do planejamento aprovado.

Neste sentido, o pleito tem fundamento alicerçado na necessidade de pequena redefinição no conteúdo de alguns cargos, indispensável para a execução das responsabilidades controladoras cometidas a esta instituição.

Certo de que a reivindicação merecerá a acolhida dessa Casa de Leis, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu respeito.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

Como há um requerimento aprovado para transformar o Plenário em Comissão Geral, designo o deputado Marcos Isfer para ser o relator.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós entendemos, conforme levantou o deputado Algaci Tulio ontem, que o Tribunal de Contas não tem competência para remeter um projeto de lei, uma mensagem a este Poder, e que caberia, sim, ao Poder Legislativo encaminhar. Parece-me que o que o deputado Algaci Tulio levantou ontem é perfeitamente justo, porque nós temos três Poderes, apenas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Marcos Isfer, para relatar.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu insisto na resposta da Mesa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu faço, senhor presidente, uma questão de ordem na mesma linha. Eu acho, e inclusive se olharmos o Regimento e a própria Constituição, que o Tribunal de Contas não teria competência para enviar essa mensagem.

Eu só gostaria que o senhor respondesse essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós votamos hoje em 1ª Discussão e amanhã nós, antes de votarmos, responderemos a V. Exas. as questões de ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que retirasse da Ordem do Dia, visto que é um...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. solicita?

O SR. NEIVO BERALDIN

Com maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminhe o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Requeiro então à Mesa, e solicito por escrito, na seqüência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Requerimento nº 4348 do senhor deputado Neivo Beraldin retirando por uma Sessão.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Neivo Beraldin, permaneçam como estão.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) sessão, do Projeto de Lei nº 627/2001.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que estabelece restrição à comercialização de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 175/2001, de 26.11.2001).**

PROJETO DE LEI Nº 636/2001**P A R E C E R P R É V I O :**

De autoria do deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei visa proibir a distribuição, o fornecimento, a oferta e a comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustível (postos de gasolina) localizados em perímetros urbanos.

O projeto é inconstitucional. A razão da inconstitucionalidade é que o projeto trata de matéria da qual a competência de iniciativa parlamentar é municipal, porque proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis no perímetro urbano, fazendo com que a matéria tenha cunho de interesse local. Assim, cabe à Câmara Municipal legislar sobre a matéria em epígrafe, conforme se pode extrair da redação dos artigos 30 da Constituição Federal e 17 da Constituição Estadual. Ambos tratam da competência municipal no tocante a assuntos de interesse local.

As lojas de conveniência dos postos de venda de combustível necessitam de alvará das prefeituras para funcionarem. Cabe ao Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos competentes, o poder de fiscalizar a exata finalidade comercial destas lojas. Cabe, igualmente a ele, aplicar as sanções cabíveis e aplicar corretamente o poder de polícia da qual é investido.

Na justificativa do projeto, o autor se vale da perturbação da ordem pública, como motivo da propositura do mesmo. Cabe, aí sim, ao Estado, fazer cumprir com eficiência o seu dever de proporcionar segurança aos cidadãos, através de atuação mais coercitiva da Polícia Militar para garantir este direito àqueles que se sentem ameaçados. Neste enfoque é que o poder fiscalizador da Assembléia Legislativa junto ao Poder Executivo poderá vir a ser o melhor meio para atitude concreta do Poder Executivo para o fim colimado no projeto de lei em tela.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 636/2001****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, visa estabelecer à comercialização de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2001, que aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28.12.2000, no valor de 600.000,00, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10.12.2000. Mens.).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 683/2001****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28.12.2000, no valor de R\$600.000,00 conforme Anexo I desta lei.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 683/2001****P A R E C E R :**

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 059/2001, o presente plano de lei, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28.12.2000, visando atender despesas com a execução de obras.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à

constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças a manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, esclarecendo ainda, que, como consta na própria mensagem, os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Universidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 683/2001

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 059/2001, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 4º do Regimento Interno, verificou que os recursos a serem destinados ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, visam atender despesas com a execução de obras. A importância acima descrita é decorrente do cancelamento de dotação da própria universidade.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente plano de lei, na forma apresentada. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/01, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28/12/2000, no valor de 1.813.452,00, visando regularizar escrituralmente desembolso financeiro efetuado pela Sanepar e destinados às obras do Canal Extravisor ao Rio Iguaçu. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. Aprovado (Publ. no DA nº 190/2001, de 10/12/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 684/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplementar ao Orçamento

Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28/12/2000, no valor 1.813.452,00 (hum milhão, oitocentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), visando regularizar escrituralmente desembolso efetuado pela Sanepar e destinados às obras do Canal Extravisor ao Rio Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 684/2001

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 060/2001, o presente plano de lei, objetiva aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28/12/2000, no valor 1.813.452,00 (hum milhão, oitocentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), visando regularizar escrituralmente desembolso efetuado pela Sanepar e destinados às obras do Canal Extravisor ao Rio Iguaçu.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que cabe a esta Comissão Permanente de Finanças manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, esclarecendo ainda, que, servirá como recurso para cobertura do crédito citado, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, coforme Anexo II desta lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 684/2001

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 060/2001, objetiva aprovar crédito suplementar no valor 1.813.452,00 (hum milhão, oitocentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 4º do Regimento Interno, verificou-se que os recursos a serem destinados ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, visam regularizar escrituralmente desembolso financeiro efetuado pela Sanepar e devido pelo Estado, da contrapartida de recursos destinados às obras do Canal Extravisor ao Rio Iguaçu. A importância acima descrita é decorrente do cancelamento de dotação da SUDERHSA.

Conclusão

Pelo exposto, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero registrar o meu voto contrário a esse projeto, porque existem denúncias em relação às obras realizadas no Canal Extravisor do Rio Iguaçu.

Portanto, quero que conste na Ata dos trabalhos do dia, o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto contrário de V. Exa. e do deputado Augustinho Zucchi também.

Está aprovado

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de requerer a V. Exa, a inclusão, na Ordem do Dia de uma das Sessões Extraordinárias, ou da Sessão Ordinária de amanhã e subsequentes extraordinárias, um projeto de nossa autoria, o nº 660/2001, que trata da construção da Usina Termelétricas no município de Imbituva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica incluído na Sessão de amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, sobre esse assunto ainda, apenas reforçando, dizer que o projeto do deputado Orlando Pessuti está nas mesmas condições dos outros projetos que foram aprovados hoje, aqui nesta Casa.

Na verdade, senhor presidente, o que nós precisamos no próximo ano é regulamentar o artigo 209 da Constituição no sentido que o parecer técnico do IAP, do Instituto Ambiental e do EIA-RIMA, sobre o impacto ambiental de uma hidrelétrica, venha pronto antes da análise política do Poder Legislativo.

O que está acontecendo hoje é que estamos aprovando uma matéria e dando aos técnicos a oportunidade de recusar. Nós temos que regulamentar esse artigo.

E eu vou me preocupar com isso, para no próximo ano apresentar um projeto de lei regulamentando o 209.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4346, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 289 e 358/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 098/2000; 296, 421, 476, 545, 577, 624, 626, 636, 683 e 684/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 514, 558, 661 e 668/2001.

Levanta-se a Sessão.